

Boas práticas

O exemplo da Universidade de Konstanz

Parece difícil imaginar uma sentença da Justiça confirmando que determinada universidade tem o direito legal de revogar um título acadêmico concedido anos antes a um pesquisador, em razão das evidências de sua má conduta posterior em outra instituição. Mas foi exatamente o que fez em setembro a Corte Administrativa de Baden-Württemberg, na Alemanha, quando decidiu que foi um ato legal a revogação do título de Ph.D. de Jan Hendrik Schön pela Universidade de Konstanz, em 2004, devido ao seu comportamento nada ético nos *Bell Labs*.

Schön esteve no centro de um grande escândalo em 2002, quando se descobriu que ele usara dados falsos em pelo menos 17 artigos científicos, elaborados enquanto era pesquisador nos Laboratórios Bell, em Murray Hill, Nova Jersey. Como lembrou em 19 de setembro a *blog Science Insider*, da revista *Science*, a Universidade de Konstanz determinou então uma investigação sobre as práticas de seu antigo aluno e, embora não tenham sido encontradas evidências de má conduta no período em que ele esteve lá, a instituição invocou uma lei estadual que permite a revogação de um título quando quem o recebeu se revela “indigno”.

O pesquisador processou a universidade e, no ano passado, obteve uma sentença favorável. Mas a universidade apelou e em meados de setembro a Corte do estado de Baden-Württemberg, na cidade de Mannheim, decidiu por seu direito de cassar o título. Na defesa oral de seu veredicto, o juiz Reinhardt Schawn foi enfático: “A conquista de um doutorado é uma confirmação da capacidade

de quem obtém o título para conduzir pesquisa científica independente. Um Ph.D. traz junto com ele a percepção pública de ser um membro da comunidade científica e pressupõe um alto nível de confiabilidade”. Quando um detentor desse título viola princípios básicos da boa prática científica, prosseguiu, “o título já não se aplica e deve ser corrigido”. O juiz observou que Schön, hoje empregado como engenheiro de processo numa empresa alemã, ainda pode trabalhar como um físico sem doutorado. O pesquisador poderá apelar a uma corte federal, mas são mínimas suas chances de sucesso.



Contra o efeito do queijo suíço

O Instituto de Medicina, organização vinculada à Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, está ajudando a Universidade Duke a criar padrões que garantam a integridade ética dos testes clínicos feitos por seus pesquisadores. O trabalho, que deve ser concluído em meados de 2012, é uma resposta a um escândalo que envolveu dois pesquisadores de Duke: Anil Potti e Joseph Nevins. Em artigos publicados em 2006, a dupla apresentou um método que seria capaz de prever a evolução de pacientes com câncer pulmonar e uma técnica que usou a expressão gênica em culturas de células de câncer para prever qual quimioterapia seria mais eficaz em cada vítima de câncer de pulmão, de mama ou de ovário. Os pesquisadores Keith Baggerly e Kevin Coombes, do MD Anderson Cancer Centre, encontraram inconsistências nos artigos e pediram esclarecimentos. Potti e Nevins admitiram vários

erros, mas começaram a recrutar pacientes para ensaios clínicos envolvendo as técnicas. Lisa McShane, do Instituto Nacional do Câncer (NCI), também não conseguiu reproduzir os resultados – e avisou seus superiores. O NCI pediu providências e os testes foram suspensos. Mas o comitê de investigação de Duke se contentou com as explicações de Potti e liberou os ensaios em fevereiro de 2010. Soube-se em seguida, numa carta publicada na revista *Cancer Letters*, que Potti também mentira ao informar sobre seu currículo e dotações que recebeu. No final de 2010, Potti deixou Duke, acusado de roubar dados de outros pesquisadores. Na investigação feita pelo Instituto de Medicina, Rob Califf, vice-reitor da universidade, classificou o escândalo como um caso de “efeito queijo suíço”, em que 15 coisas diferentes tinham de dar errado para que os problemas fossem detectados.